

Reduzir salário de servidor público é inconstitucional, decide STF

Por maioria, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quarta-feira, 24, que a redução de salário de servidores públicos é inconstitucional, independente da redução de jornada de trabalho. O voto do ministro Celso de Mello concluiu o julgamento da ADI 2238 que questionava dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A Condsef/Fenadsef atuou como amicus curiae nas ações que contestaram a inconstitucionalidade da redução salarial de servidores. Em fevereiro de 2019, em sustença oral, José Luis Wagner, advogando para a Confederação, chamou atenção para outros dispositivos previstos na Constituição com a finalidade de redução de despesas. Para a entidade, promover a redução de carga horária de servidores com redução de salários burla a Constituição e entra em conflito com dispositivos já existentes para esse objetivo.

Com o voto do ministro Celso de Mello, que estava de licença médica quando a ação entrou em julgamento no Supremo, o placar final da votação foi de 7 votos a 4. Para José Luis Wagner, o resultado representa uma conquista importante num momento de pandemia onde a discussão dessa possibilidade vinha sendo aventada. "O Supremo

firma uma posição que deverá ser levada em conta em discussões de propostas legislativas nessa direção", resume.

Para o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, a atuação na defesa da inconstitucionalidade dessa ação, resgatada por governadores de sete estados, mostra a importância de seguir agindo na defesa de direitos fundamentais dos servidores e também de toda classe trabalhadora, direitos esses que vem sendo sistematicamente atacados. "Foi uma decisão importante do Supremo. A luta não terminou. Vamos seguir também buscando no Congresso a derrubada do veto presidencial que congela salários de servidores, principalmente os que estão atuando na linha de frente do combate a essa pandemia, arriscando suas vidas".

Sérgio lembra ainda da necessidade de revogação imediata da Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela investimentos públicos por pelo menos 20 anos e se mostra um verdadeiro desastre para o País. "O Brasil precisa de investimento público e valorização dos profissionais que atendem a maioria da população e essa crise que estamos enfrentando com a Covid-19 só reforça isso", destacou.

Condsef/Fenadsef



O Sindsep/MA convoca os seguintes filiados para comparecerem à sede do sindicato munidos de seus documentos pessoais para tratarem de assunto de seu interesse.

Maria Luiza Gomes Serrão
Maria Luiza de Lima Carvalho
Maria Luiza Ferreira Santos
Maria Luiza Silva
Maria Loudiney Ferreira Carneiro
Maria Madalena Maximo Diniz
Maria Madalena Moreira Silva
Maria Leir de Matos Moreira
Maria Lima das Chagas
Maria Raimunda Costa Santos
Lilian Patricia de Aguiar Viana
Maria Ozana Moreira do Nascimento
Maria Olimpia Penha Viegas
Maria Olimpia Alves dos Santos
Maria Nasareth Luz
Maria Minolda de Paula Pinto Cruz
Maria Marcy Milhomem de Sousa
Maria Madalena Santos dos Santos
Maria Raimunda Ferreira da Silva
Maria Raimunda Lopes Espindola
Maria Raimunda Mendes P. dos Santos
Lielza Ribeiro
Saraya Cristina de Aguiar Viana Mendes
Maria Raimunda Amaral Barros
Maria Raimunda Pereira Mourão

CORONAVÍRUS

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER >>

www.cut.org.br/editoria/coronavirus



Senado vota hoje projeto que põe em risco liberdade de expressão na internet

O Senado Federal deve votar nesta quinta-feira (25) um projeto de lei que põe em risco a privacidade e a liberdade de expressão no Brasil. É o que apontam as principais organizações de defesa de direitos na internet no Brasil e no mundo sobre o PL das fake news.

O relatório apresentado pelo senador Ângelo Coronel (PSD-BA) diz que as redes sociais devem exigir um número de celular na criação de novos perfis e força aplicativos de bate-papo como o WhatsApp a guardar os registros de todo mundo que fez reenvios de mensagens em massa.

O texto, dizem especialistas, abandonou o combate direto às fake news e focou na criação de mecanismos para identificar usuários de redes sociais que cometam delitos.

Dadas as controvérsias do relatório, senadores pediram o adiamento da votação e argumentaram que o tema precisa de mais tempo discussão.

“Um projeto tão polêmico como esse, que interfere na vida de mais de 170 milhões de brasileiros, não pode deixar de ser amplamente discutido na Comissão de Constituição e Justiça [CCJ]”, defendeu o senador Alvaro Dias (Podemos-PR).

A posição do senador é compartilhada por David Kaye, relator para Liberdade de Expressão da Organização das Nações Unidas (ONU), e Edison Lanza, relator da Organização dos Estados Americanos (OEA) para Liberdade de Expressão.

“O Congresso do Brasil segue com a ideia de aprovar sem discussão nem participação de todas as partes uma lei sobre desinformação que afetará os princípios da internet aberta”, continuou Lanza.

O entusiasmo do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que chegou a chamar de “um dia histórico”, é rebatido por alguns dos principais especialistas em liberdade de expressão no Brasil.

“O projeto de lei que visa combater a desinformação promete voltar à mesa do Senado nos próximos dias. Por que tanta correria? O projeto, que pretende estabelecer um marco legal para que empresas privadas exerçam o controle do discurso digital dos cidadãos, não deveria ser aprovado a toque de caixa”, opinaram a advogada Taís Gasparian, o jornalista Eugenio Bucci e a presidente do Instituto Palavra Aberta, Patricia Blanco, em artigo na Folha.

O texto do projeto obriga serviços de mensagem guardarem, por até três meses, o nome do usuário que mandou uma mesma mensagem a cinco usuários ou mais em até 15 dias. Eles deverão registrar também a data e hora em que isso aconteceu, assim como as pessoas que foram atingidas. O texto também proíbe as chamadas “máquinas de spam”, ferramentas que fazem disparo massivo de mensagem.

“Com o objetivo de combater ilícitos, o PL das Fake News inverte o dispositivo constitucional da presunção de inocência, tratando todos os cidadãos usuários de in-

ternet como criminosos em potencial”, manifestou a Coalização Direitos na Rede, organização que atua em defesa dos direitos de acesso à internet, liberdade de expressão e privacidade.

Mudança no projeto original

A tramitação para a votação do projeto que prevê a instituição da Lei de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet toma como base projetos apresentados na Câmara, pelos deputados federais Felipe Rigoni (PSB-ES) e Tabata Amaral (PDT-SP), e no Senado, pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Em suas redes sociais, Tabata, no entanto, falou sobre as distorções centrais feitas por Ângelo Coronel em seu relatório. “O nosso PL prevê regras para garantir a notificação, a contestação, o direito de defesa e a reparação quando as plataformas abusam e erram na moderação de conteúdos de seus usuários. Isso foi diminuído sensivelmente e ficou vago no relatório apresentado”, apontou.

Políticos de diferentes partidos se opõem ao projeto Parlamentares de esquerda e direita se posicionaram contra a votação do PL das fake news nesta quinta.

Pressão nas redes sociais

A última quarta-feira 24 foi de pedidos de adiamento da votação do PL. Jornalistas e entidades especializadas em comunicação e internet se posicionaram.

Matéria completa em cut.org.br/noticias
Escrito por Carta Capital